



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 2 DE JUNHO DE 1998

Senhor Ministro Paulo Renato; Senhores Ministros de Estado; Senhores Líderes, Deputados; Os autores desta lei, Senador José Roberto Arruda e Deputado Nelson Marchezan; O nosso relator, Senador Lúcio Alcântara; Senhoras e Senhores,

O Ministro Paulo Renato já disse, no essencial, do que se trata. Eu me recordo de que essa matéria de renda mínima vem se arrastando na discussão nacional há muito tempo. Ainda Senador, eu, no Senado Federal, quando tivemos várias discussões a respeito. O paladino da matéria era o Senador Eduardo Suplicy, e nós discutimos muito sobre o significado de um projeto de renda mínima.

Na concepção mais plena, ele é o exemplo puro do neoliberalismo. É a substituição dos programas sociais, pela capacidade de cada um que tenha algum recurso, de dispor do recurso como quiser. Essa foi a concepção do Professor Friedman. E eu, quando votei, no Congresso, o projeto de renda mínima, tal como ele foi aprovado pelo Senado, disse isso e estranhava – não estranhava – eu fiz uma alusão de que eu esperava que, no Brasil, não fosse assim. Mas o projeto que foi votado não é

este, era outro, àquela ocasião. Ele, realmente, foi formulado assim: à medida que o Estado retirasse recursos da área social, daria dinheiro diretamente às famílias, e as famílias disporiam do recurso.

Por que eu me opunha a isso? Porque eu não sou neoliberal e porque não acredito que a pessoa possa tomar, o indivíduo seja o único juiz das necessidades da sociedade, nem mesmo das necessidades da sua família. E, muito freqüentemente, quando se dá o dinheiro, a opção não é – como fazem os teóricos em certas escolas de economia de escolhas racionais – a mais racional, porque isso não tem sentido e não se poderia desmontar o Estado para dar recursos às pessoas.

Então, o debate foi esse, sempre, no Congresso. Pouco a pouco, houve uma evolução nessa matéria. Também o Senador Suplicy, acredito que ele tenha evoluído, pelo menos teve uma discussão aqui, comigo e com o autor, creio que é holandês, Philippe van Pariys, homem interessante, que tem um livro sobre essa matéria de renda mínima. E este tem uma concepção bem mais aberta, bem mais ampla sobre o significado dos projetos de renda mínima que terão de ser, sempre, complementares e não poderão, digamos, diminuir a ação do Estado.

Daí se evoluiu para a questão de ligar a assistência, através de dinheiro, a uma obrigação que é a de mandar a criança para a escola, que foi a idéia original do Prefeito da Campinas, o José Roberto, apelidado “Grama”, como também do Governador de Brasília, que também tem um programa dessa natureza. Então, começou a haver uma evolução nessa matéria, ou seja, ela foi perdendo o caráter neoliberal. Por isso posso apoiar agora, porque nós estamos fazendo um programa que induz, efetivamente, que haja uma ação social mais ampla. Primeiro, porque ele obriga que haja uma relação entre o Estado Federal e o município. Segundo, porque a família recebe uma certa assistência, com a condição de que a criança vá para a escola. É um complemento de renda que tem uma contrapartida. E o Governo não perde a sua capacidade de dirigir para os seus objetivos de política social.

Então, o programa, como ele está formulado, hoje, está bem formulado, porque não tem aqueles vícios que tinha, daquele pensamento, entranhadamente individualista, de que o Estado é ruim, de que basta

dar o dinheiro para a pessoa que ela sabe como aplicar bem o seu dinheiro.

É um programa inicial, como disse aqui o Ministro. É um programa inicial e terá seu tempo para que possa madurar e para que possa ser, digamos, assimilado pela máquina burocrática e, também, pelos prefeitos e pelas famílias. E vai requerer uma ação da Câmara Municipal, porque é uma ação que tem que ser de parceria, tem que ser uma ação solidária. É ilusória a idéia de que o Governo Federal possa, sozinho, distribuir dinheiro pelo Brasil, e é errada. Não é que ele não tenha essa capacidade, ela é errada. Aqui não, é um programa que, realmente, cria condições de aproximação da família com a escola, do governo municipal com o Governo Federal. E complementa outros programas.

Acredito que a destinação física deste programa, no Ministério de Previdência Social, é correta, na Secretaria de Assistência Social. Porque não é propriamente um programa que deva sair dos recursos da educação, não é. É complementar mesmo e tem como objetivo até complementar o programa Toda Criança na Escola. O Toda Criança na Escola levou 400 mil crianças novas para a escola, mas elas têm que ser mantidas na escola. Então é complementar a esse tipo de programa.

E lá, naquela Secretaria, nós já temos outros programas. Este aqui não vai concorrer com esses outros programas, nem substituí-los. Que outros programas? Nós temos um programa da LOAS, que é um programa que dá assistência aos idosos. Temos, também, um programa muito importante de erradicação do trabalho infantil. Nós já tiramos algumas dezenas de milhares de crianças do trabalho penoso na carvoaria, estamos tirando na cana, no sisal, no sal e assim por diante. Esses programas vão continuar, são paralelos. O orçamento, nesta área, é de 1 bilhão e 300 milhões de reais. O custo desses três programas que eu mencionei é de 1 bilhão e 300 milhões de reais.

Além disso, o maior programa de renda mínima que nós temos já em marcha não tem nome de renda mínima, tem nome de Previdência Social, tem nome de aposentadoria. Aposentadoria dos trabalhadores rurais. Eles têm direito à aposentadoria – e é um direito que tem que ser assegurado, mesmo – independentemente de qualquer comprovante de

ter ou não contribuído e, na verdade, não contribuíram para a Previdência. E nós temos, aí, um dispêndio de quase 10 bilhões de reais e atendemos a 6 milhões de pessoas.

Eu estou dando esses dados porque muitas pessoas não têm informação da estrutura do Estado, do Governo, e pensam que não existem programas, efetivos, de assistência social, que o Governo não esteja cuidando disso. Ao contrário, estamos expandindo. Diga-se, de passagem, que o programa do idoso não havia, foi criado neste Governo. Diga-se, de passagem, que o programa de erradicação do trabalho Infantil tampouco havia, foi criado neste Governo.

O programa de aposentadoria, sim, este é um programa mais antigo. E mesmo aqueles que têm uma visão de que não se pode utilizar o sistema de repartição para compor a Previdência, sabem que há de haver exceções. E, no caso do trabalhador rural, tem que haver exceção. É uma distribuição de renda correta. O setor urbano transfere renda para o setor rural, porque quem contribui é o setor urbano e quem vai ser beneficiado são esses 6 milhões de pessoas do setor rural, porque eles não têm outra condição de contribuição e não teriam condições para viver de uma maneira pelo menos mais adequada, mais digna.

Então, é nesse contexto que nós estamos assinando esta regulamentação. O Ministro Paulo Renato já alertou – desnecessariamente, porque aqui ninguém tem maldade, mas já alertou – no sentido de que não há risco de que seja um programa para usar em eleição, porque seria ridículo, na verdade. Mas, em todo caso, convém alertar, acho que ninguém pensaria. E não pode porque, efetivamente, a implantação desses programas leva tempo. Devo até dizer que a minha maior, enfim, urgência na regulamentação é porque eu já recebi vários pedidos de informação do Congresso Nacional para saber por que não estava regulamentado o Programa de Renda Mínima. Então a urgência – nossa – se justifica, também, porque havia pressão justa do Congresso, porque, uma vez aprovado, a lei tinha que ser regulamentada.

Enfim, é um passo a mais. Eu não quero terminar sem dizer que os Deputados, aqui mencionados, e os Senadores se empenharam a fundo neste projeto. Por isso eu citei os avós e os bisavós do projeto, porque

acho que essas coisas devem ser sempre reconhecidas na história. Mesmo quando esse projeto, digamos, não tenha descendência em linha direta das idéias iniciais que foram discutidas no Senado, nem seja o fruto, simplesmente, da experiência prática, porque aconteceu em Campinas ou em Brasília, na verdade há uma história, e convém que a história seja sempre respeitada. E como eu nunca foi stalinista, eu não tiro do passado as fotografias das pessoas com as quais, eventualmente, no presente, não se esteja muito de bem. Aliás, eu estou de bem com todo mundo.

Muito obrigado.